

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

## REFORMISTAS E TIRANOS: DESDOBRAMENTOS DA REVOLUÇÃO DO PORTO NA PROVÍNCIA DE PERNAMBUCO (1820-1822)

Flavio José Gomes Cabral

UNICAP

flavio.cabral@unicap.br

### 1- A Revolução do Porto e as primeiras reações em Pernambuco

No dia 24 de agosto de 1820 teve início na cidade do Porto uma revolução que procurou à revelia de D. João VI convocar as Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa<sup>1</sup>, que deveriam organizar uma Constituição para o reino além de exigir o retorno do soberano para Portugal. Este, depois de relutar, decide, em 1821, retornar deixando como herdeiro o Príncipe Pedro no Brasil como regente. O vintismo, nome pelo qual passou a se chamar o referido movimento político, criou expectativas principalmente em relação ao direito de as pessoas reclamarem dos diversos estados de coisas que impediam a liberdade, por isso as reformas que se pretendiam realizar permitiram que fossem feitas reivindicações. Um dos primeiros efeitos da Revolução do Porto no Brasil veio da Província do Pará, que em 1º de janeiro de 1821 aderiu ao movimento liberal, sendo seguido pela Província da Bahia (10 de fevereiro).

A adesão de Pernambuco ao movimento constitucionalista ocorreu após longas quedas de braços com o Governador Luís do Rego Barreto, que desde 1817 vinha na governança local e que procurou a todo custo barrar as reformas em sua província. Em outubro de 1820, o Governador foi surpreendido com a chegada do pacote inglês

---

<sup>1</sup> As primeiras convocações de cortes se deram em Lamego, em 1143, para estabelecer as leis fundamentais da sucessão portuguesa. Nos primórdios do século XIX, a ideia de convocação de cortes em Portugal era vista como subversiva, motivo de perseguições e prisões até 1808, quando então, estando o país sob o domínio francês, uma simulação de reunião de cortes tem lugar para escolher um soberano. A ideia de convocação dessas assembleias estivera presente nos movimentos lusitanos de 1817 e de 1820. Neste último, o termo “cortes” passou a ser visto pelos liberais vintistas como órgão de representação nacional, adquirindo a denominação “congresso”, que foi a primeira instituição parlamentar do liberalismo. (VARGUES, RIBEIRO In TORGAL, ROQUE, 1998, p. 156).

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

Chresterfiel, portador das primeiras notícias portuguesas imediatamente mobilizou as autoridades e o aparato militar para frear as novidades em Pernambuco. Mesmo assim ele não conseguiu impedir que se organizasse no Recife, uma sedição urdida por militares, em sua maioria de procedência portuguesa, para rebentar em meados de novembro de 1820 por ocasião da festa de Santo André. Segundo João Botelho Nóbilis, um dos participantes da sedição, durante as reuniões falava-se “em Constituição e da necessidade de se inaugurar em Pernambuco um tipo de governo igual ao que fora instalado em Portugal” (CABRAL, 2005, p. 67).

Segundo pode-se entender pelas palavras do insurgente Noblis eles almejavam implantar em Pernambuco uma junta provisional de governo. Para que este governo fosse organizado, no dia preparado para a eclosão da sedição, após o alarme, pessoas instruídas iriam até a residência de Luís do Rego e poriam em execução o assassinato dele e do secretário do governo. O palácio seria invadido, ocorrendo o mesmo com os principais fortes recifenses. Tinham-se esperanças que, no espaço de 24 horas, a nova ordem política fosse instalada (CABRAL, 2005, p.67). A sedição foi denunciada e o governador não perdeu tempo enviando para a prisão várias pessoas entre elas o principal líder, o Coronel Antônio de Moraes Correa de Sá Castro<sup>2</sup>. Após uma devassa instaurada por Luís do Rego ficou claro que o objetivo dos envolvidos era promover uma mudança política de governo conservando o direito da dinastia dos Bragança. Mesmo assim as principais lideranças foram desterradas do Brasil.

Após o juramento de D. João VI as Bases da Constituição resolveu Barreto maquiar o governo dando-lhe ideia de que havia passado por transformação conforme recomendava a política vintista. Neste sentido resolveu convocar para o dia 29 de março de 1821, as autoridades civis, militares e eclesiásticas para opinar sobre os negócios públicos. Contrariando as expectativas de ele iria instalar uma Junta Provisória de Governo o que se viu foi à criação de uma Junta Governativa, uma imitação do modelo

---

<sup>2</sup> Era natural de Tarouca, região de Trás-os-Montes. Veio para o Brasil por ocasião da saída da família real passando a servir nas tropas reais no Rio de Janeiro. Posteriormente passou em Pernambuco servindo como coronel reformado das milícias de Olinda (CABRAL, 2013, p. 102).

# **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

de Junta Provisória presidida por Luís do Rego. Este várias vezes trocou seus membros, à medida que se inimizava com os mesmos (CABRAL, 2010, p. 8).

No dia 6 de maio de 1821, para desespero de Luís do Rego, desembarcava no Recife vários presos políticos que haviam se envolvido na revolução de 1817 e que por decisão da Justiça havia recobrado a liberdade sendo recebidos com festa. Desejando desbancar Luís do Rego alguns daqueles homens se deslocaram para a Mata Norte e longe dos olhos do governador procuram organizar a resistência instalando na Vila de Goiana uma Junta Provisória de governo que dizia se sujeitar apenas “ao senhor rei D. João VI e às Cortes” (Apeje. OC. Cód. 1, fl. 335). E, como Luís do Rego não sinalizava se demitir ameaçaram invadir o Recife até que em 5 de outubro de 1821 foi assinado um pacto na Povoação de Beberibe em que se esperava as decisões das Cortes para saberem qual das duas juntas governariam a província (IAHGP. Coleção Mário Mello, gaveta 2, 1821). No dia 12 de outubro de 1821, tomava-se conhecimento através de correspondências vindas de Portugal, sobre as ordens das Cortes da demissão de Luís do Rego bem que como a ordem que se elegeisse uma Junta Provisória de Pernambuco. Uma canção de cunho político procurou immortalizar os feitos do pacto assinado em Beberibe:

Tiranos, desenganai-vos,

Acabou-se a escravidão,

Reinará no Beberibe

A lusa Constituição. (COSTA, 1974, p. 173)

## **2 – As juntas de Governo e a cultura vintista**

A eleição da nova junta foi realizada na Sé de Olinda e foram eleitos: Gervásio Pires Ferreira (presidente), padre Laurentino Antônio Moreira de Carvalho (secretário) e os vogais Cônego Manuel Inácio de Carvalho, o tenente-coronel Antônio José Vitoriano Borges da Fonseca, Felipe Néri Ferreira, Joaquim José de Miranda e Bento José da Costa (Relator Verdadeiro, 13 de dezembro de 1821). A partida do ex-governador foi bastante comemorada. Uma quadra bastante cantada pelas ruas demonstrava o regozijo (AMARAL, 1974, p. 96):

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Luís do Rego foi guerreiro.

Sete campanhas venceu.

Mas na oitava de Goiana Luís do Rego esmoreceu.

O povo parecia ir a desferrar ao cantarolar músicas de cunho político. A saída de Luís do Rego era algum tempo acalentada com ansiedade e poemas como aqueles que atacaram Luís do Rego não consistiam nada estranho. Eles serviam para xingar os agentes reais por seus procedimentos ou forma de protestos contra a política absolutista. Incorporados à tradição local e de fácil memorização logo caíam no gosto da população. Para Darnton, “[...] qualquer que seja a origem de tais canções [...] elas têm uma poderosa capacidade de transmitir mensagens. Fixam-se na memória coletiva e funcionam como instrumentos mnemônicos, particularmente em sociedade com baixo índice de alfabetização” (DARNTON, 2014, p. 172).

A instalação da junta foi alvo de júbilo e motivo de grandes festas. Iluminação das ruas, bailes, discursos, te-déum. A política buscou através desses aparatos afirmação. O jornal *Relator Verdadeiro*<sup>3</sup> em seu número de estreia enalteceu aqueles eventos e sobre a implantação da Junta pernambucana dizia que se deveu ao “[...] Supremo Congresso Nacional, [que] anuiu às representações justíssimas dos nossos infatigáveis e beneméritos deputados<sup>4</sup> e mandou que se instalasse entre nós um

---

<sup>3</sup> A imprensa pernambucana foi fundada no período em destaque. O vintimo incentivou a criação de jornais que se tornou excelente meio de comunicação do seu pensamento político. A maioria dos homens que abraçou a carreira jornalista em Pernambuco havia nascido no final do século XVIII e estava na casa dos 30 a 40 anos durante as efervescências políticas dos anos de 1820. Alguns exerciam ofícios públicos; outros eram sacerdotes. A maior deles não saiu de Pernambuco. Uns haviam estudado com os antigos mestres enquanto outros frequentaram o Seminário de Olinda, fundado pelo Bispo José Joaquim de Azeredo Coutinho, comprometido com a estrutura mental e ideológica do reformismo ilustrado. O projeto da instituição, segundo ele, era “formar homens dignos de servir à Igreja e ao Estado” (SILVA, 2013, p. 72).

<sup>4</sup> A bancada pernambucana eleita para compor o Congresso português era composta por elementos saídos da elite proprietária, alguns dos quais chegaram a estudar na Europa: padre Inácio Pinto de Almeida Castro (irmão do padre Miguelinho, executado por crime de lesa-majestade por ocasião do levante de 1817), Manuel Zeferino dos Santos (futuro presidente da província), Pedro de Araújo Lima (advogado e futuro regente do Império), João Ferreira da Silva (proprietário de engenho e negociante, colaborou em 1817 com o governo republicano), Domingos Malaquias de Aguiar Pires Ferreira (proprietário de engenho, estudou em Coimbra e foi emissário do governo de 1817 nos EUA), padre Francisco Muniz Tavares (formado em cânones na França, revolucionário de 1817 e autor de um livro sobre esta revolução) e Félix José Tavares de Lira (proprietário do engenho), padres José Teodoro Cordeiro e Serafim Sousa Pereira. Este religioso morreu antes da posse, sendo substituído pelo suplente Manuel Félix Veras (funcionário público) (Apeje. R. Pro 7/5, fl.s/nº).

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

Governo Provisório” (Relator Verdadeiro, 13.12.1821). A população de uma ou de certa maneira tomaram parte naquelas manifestações inclusive cantando versos sendo o mais entoado o Hino Constitucional, cantado durante as manifestações políticas ocorridas entre os anos de 1821 e 1822 (Relator Verdadeiro, 23.12.1821).

Arrastava Pernambuco

O mais pesado grilhão,

Quando despontou no Douro

A Lusa Constituição.

Como se percebe o vintismo foi saudado como símbolo de esperança de mudanças e estes desejos seriam materializados com a Constituição que estava sendo elaborada pelas Cortes lisboetas pelos deputados eleitos nas províncias do Reino Unido português. Intendia-se que o passado, símbolo do poder absoluto e do despotismo, havia ficado para trás. Era chegado o tempo das mudanças que deveriam ocorrer em diversas esferas da sociedade e na administração do Estado. As inovações prometidas pelas liberais eram vistas com desconfiança pelos seus rivais – os absolutistas, os corcundas, os áulicos, os pés-de-chumbo e servis, que, de posse da máquina do governo, se tornaram verdadeiros promotores injustiças.

Durante os debates políticos muita gente tomava inclusive os escravizados. Escutando nas ruas ou por trás das paredes das casas de seus senhores esse grupo ouvia as conversas e as transmitiam para terceiros. Certa vez chegou ao conhecimento da autoridade policial da Boa Vista que alguns escravos comentavam que com a Constituição que estava sendo organizada em Portugal todos seriam cidadãos independentemente da “pátria ou da cor” e sendo assim eles teriam direitos de arranjar cargos públicos (AHU\_ACL\_CU\_015, CX.285, D. 19494). Esse tipo de manifestação se percebe que os escravizados não se constituíam grupo amorfo uma vez que tinham conhecimento do que se passava faziam suas próprias leituras dos acontecimentos se transformando dessa forma em “atores sociais”, como sugere a historiadora francesa Arlette Farge (1992, p. 23).

Na realidade a discussão em torno do conceito de cidadania foi bastante inflamada. Apesar de todo o debate, a cidadania não se tornou plena, uma vez que as

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

mulheres e muitos grupos excluídos foram impedidos de votar. Quanto a esse aspecto, diz José Murilo de Carvalho (2006, p. 21) que os “homens bons” não podem ser considerados cidadãos. Eles votavam e eram votados, entretanto “faltavam-lhes (...), o próprio sentido da cidadania, a noção da igualdade de todos perante a lei”.

Ao longo de 1821 e 1822, foram várias as brigas entre os que defendiam a política liberal, chamados de constitucionalistas, e seus opositores os absolutistas ou corcundas. Na realidade o vintismo se autoproclamava defensor da liberdade. Embora o conceito não tenha sido uma criação do período, como observou a historiadora portuguesa Isabel Nobre Vargues (1997, p. 102), o termo tornou-se um dos principais pilares do movimento e foi muito aguardado conforme demonstra a modinha a seguir:

Reformistas do Brasil

Reuni vossa corte

Finalmente a brado forte

Das reformas vai sor.

Em prol das reforma

Juramos marchar

A sorte da pátria

Nos campos firmar (AMARAL, 1974, p. 55).

Retornando ao caso da Junta comandada por Gervásio Pires ela procurou não se afastar do pensamento liberal e, mesmo tendo sido criada por ordens das Cortes, devotou consideração tanto a elas, a D. João VI e ao regente Pedro, deixando-os a par dos problemas provinciais. O rei chegou a ser interpelado para interceder junto às Cortes, quando se percebia que determinações articuladas naquele congresso prejudicariam os interesses locais, a exemplo do envio de tropas para Pernambuco. Contestou ainda

a subordinação da administração militar que as Cortes pretendiam submeter às províncias, por meio da nomeação que o congresso fazia do Governador das Armas. Aliás, semelhante contestação seria levada a cabo em grande parte das províncias do ultramar. O governo de Gervásio expulsou dois batalhões portugueses do solo pernambucano e seus respectivos comandantes, ambos nomeados por Lisboa. É notável que muitas dessas

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

decisões tenham sido tomadas após uma reunião deliberativa denominada Grande Conselho, a qual se tornaria prática recorrente do grupo gervasista em momentos de crise (FELDMAN, 2014, p. 9).

## 3 – A Junta Gervasista e o jornalismo perante o Fico de D. Pedro

A Junta manteve diálogo com D. Pedro, uma vez que havia ficado no Brasil por determinação do pai inclusive apoiou o Fico (9 de janeiro de 1822). E, quando nesse ano os ânimos começaram a se exaltar, principalmente quando as Cortes se posicionaram contra o príncipe, anulando seus atos, solicitando seu retorno a Lisboa e decretando medidas que inferiorizavam o Brasil, a Junta apoiou o regente em suas decisões. Para Denis Bernardes, no comportamento da Junta pernambucana havia “[...] uma constante preocupação de respeito às formulas legais, sem, no entanto, se deixar prender pelo formalismo das antigas leis, ou das novas decisões do poder que julgava criticáveis ou inaceitáveis” (BERNARDES, 2001, p. 306).

A partir do momento que o Congresso lisboeta se tornou intransigente em relação ao Brasil, editando medidas que o prejudicavam ou como se expressou o Maribondo em 12 de agosto de 1822<sup>5</sup>, medidas que concorriam para o Brasil retornar ao antigo estatuto de colônia (Maribondo, 12.8.1822). As intransigências das Cortes motivaram ondas de protesto que sustentaram verdadeiras guerras de penas entre os jornalistas. Por intermédio de “insultos impressos”, parafraseando Isabel Lustosa (2000), combateram aquelas medidas com veemência em seus jornais.

Nesse interregno a junta procurou apoiar o Fico de D. Pedro inclusive enviando para o Rio um de seus membros, Felipe Mena Calado da Fonseca e editor do Segarrega<sup>6</sup> e apoiador dos gervasistas para reiterar apoio ao regente. Tal decisão foi

---

<sup>5</sup> O Maribondo circulou pela primeira vez no dia 25 de julho de 1822, em plena efervescência política em torno da permanência de D. Pedro no Brasil. Editado na Tipografia Nacional, o periódico era vendido pelo preço de 80 réis. Seu cabeçalho ostentava uma xilogravura de um corcunda rodeado de marimbondos – uma crítica política aos absolutistas, atacados pelos seus opositores. Abaixo da imagem, sobressaía-se o lema “A justiça ultrajada vela em todos os corações”.

<sup>6</sup> Em 8 de dezembro de 1821 entrava em circulação o segundo jornal pernambucano Segarrega, impresso na Oficina do Trem sob a direção do ex-revolucionário de 1817 Filipe Mena Calado da Fonseca, português e antigo escrivão da correição do Ceará. O jornal estava encimado por uma gravura de uma cegarrega – instrumento que, quando segurado por um cabo e girado, produz ruído semelhante ao fretenir

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

explicada como canal importante para preservar a união do Reino Unido. Entretanto, a partir do momento em que as Cortes começaram a hostilizar o Brasil tanto os gervasistas quanto o editor de o Segarrega perceberam que Portugal não poderia figurar entre as grandes nações europeias sem o Brasil bem como os brasileiros não tinham o direito de se sacrificar por uma união em que pouco lucrava, por isso não poderia ceder o que havia conquistado sob pretexto de perder sua felicidade (Segarrega, 9 de março de 1822).

Diante do impasse explica Marcus Carvalho que o Rio começou a se preparar uma segunda legislatura. D. Pedro pelo decreto de 16 de fevereiro de 1822 convocou o Conselho de Procuradores das Províncias, que não foi bem vista pelos gervasistas que entendiam que apenas as Cortes tinham a prerrogativa de criar tal conselho. Enquanto isso os cortesãos do Príncipe agiram rápido e em 2 de junho de 1822 com a presença de emissários das províncias de Minas, Rio de Janeiro e São Paulo, a revelia de outras províncias, tomaram “decisões importantes e elaboradas estratégias voltadas para a unificação do país” (CARVALHO, 1998).

Como se a partir de meados do ano de 1822 o projeto de união dos dois reinos, como percebeu Feldman, existia “mais no campo das práticas discursivas do que no campo institucional” (FELDMAN, 2014, p. 16). Ademais, a convocação da Constituinte Brasileira fazia esvaír a ideia do Reino Unido. Mesmo assim os jornalistas continuavam pregando aquela união. Criticava-se o posicionamento das Cortes, mas relutavam pela preservação da união entre Portugal e o Brasil. Em 1º de julho grupos de pessoas lideradas por pessoas vindas do Rio, liderados por Moraes Mayer e Vasconcelos Drummond, acusados de virem para Pernambuco para derrubarem a Junta, invadem o edifício onde o governo exigindo seu apoio ao Rio de Janeiro. As sucessivas contendas, movimentações de ruas e disse-me-disse contribuíram para que o governo pedisse exoneração. Diante do exposto foi realizada eleição para nova junta de duração efêmera até a realização de eleição de uma nova junta de caráter mais duradouro. Esta, por ser constituída por proprietários rurais, ficou conhecida pelo nome de “junta dos

---

das cigarras. Sob a égide “Brincando, contarei verdades puras”, o noticioso prometia nada esconder de seus leitores e ser “fiel à palavra” e refletir acontecimentos, sem, no entanto ter a pretensão de “dar uma direção determinada à opinião pública”, mas limitar-se a “narrar os fatos despidos de todo o atavio de figuras” (Segarrega, 8.12.1821).

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

matutos” e estava composta por Afonso de Albuquerque Maranhão (presidente), capitão-mor Francisco Pais Barreto, capitão Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, José Mariano de Albuquerque Cavalcanti, Francisco de Paula Gomes dos Santos, Manuel Inácio Bezerra de Melo e João Nepomuceno Carneiro da Cunha. Com este grupo a Independência se consolidará em Pernambuco se alinhando às propostas orquestradas no Rio de Janeiro.

## Bibliografia

AMARAL, Francisco Pacífico do. *Escavações: fatos de história de Pernambuco*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1974.

CABRAL, Flavio José Gomes. “Vozes públicas”: as ruas e os embates políticos em Pernambuco na crise do Antigo Regime português. *Saeculum*, v. 13, 2005, p. 63-77.  
<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/srh/article/view/11329/6443>

CABRAL, Flavio José Gomes. A linguagem política oitocentista: cartas, panfletos, versos e boatos no norte da América Portuguesa, *História Unisinos*, v. 21, nº 2, 2017.  
Doi: 10.4013/htu.2017.212.10

CABRAL, Flavio José Gomes. *Conversas reservadas: “vozes públicas”, conflitos políticos e rebeliões em Pernambuco no tempo da Independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013.

CABRAL, Flavio José Gomes. Os homens, as ideias, os escritos e os projetos políticos no Norte da América portuguesa oitocentista, *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, v. 7, nº 14, 2015, DOI: <http://dx.doi.org/10.14295/rbhcs.v7i14.317>

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CARVALHO, Marcus J.M. de. Cavalcantis e cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817-1824, *Revista Brasileira de História*, v. 18, n. 36, 1998.  
DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-01881998000200014>

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

COSTA, Pereira da. *Folck-lore Pernambucano*. 2ª ed. Recife: Arquivo Público Estadual, 1974.

DARNTON, Robert. *Poesia e política: redes de comunicação na Paris do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

FARGE, A. 1992. *Dire et mal dire: l'opinion publique au XVIII<sup>e</sup> siècle*. Paris, Seuil.

FELDMAN, Ariel. A mesma independência: a atuação pública de um unitário pernambucano (1822–1823), *Revista Tempo*, v. 20, 2014, Doi: 10.5533/TEM-1980-542X-2014203611.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Pernambuco e a cultura da ilustração*. Recife: Editora da UFPE, 2013.

VARGUES, Isabel Nobre; RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. Estruturas políticas: parlamentos, eleições, partidos políticos e maçonarias. In: TORRAL, Luís Reis & ROQUE, João Lourenço. *O liberalismo (1807-1890)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

## Fontes Primárias

REVISTA DO INSTITUTO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PERNAMBUCANO. 1979. Cartas pernambucanas de Luís do Rego Barreto. Recife, v. 52.

Arquivo Estadual Jordão Emerenciano (Apeje)

Apeje. OC. Cód. 1, fl. 335.

Apeje. R. Pro 7/5, fl.s/nº.

Arquivo Histórico Ultramarino. Projeto Resgate Barão do Rio Branco

AHU\_ACL\_CU\_015, CX.285, D. 19494.

Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP)

# **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

Coleção Mário Mello, gaveta 2, 1821.

## **Jornais**

MARIBONDO, Recife, 12.8.1822

MARIBONDO, Recife, 25.7, 1822

RELATOR VERDADEIRO, Recife, 13.12.1821

RELATOR VERDADEIRO, Recife, 23.12.1821

SEGARREGA, Recife, 8.12.1821

SEGARREGA, Recife, 9.3. 1822